

**VIII REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO
E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

Declaração de Díli

Díli, 11 e 12 de Fevereiro de 2008

VIII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP

Declaração de Díli

Os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reunidos na cidade de Díli, nos dias 11 e 12 de Fevereiro de 2008,

Considerando que o crescimento económico por si só não é suficiente na maior parte dos contextos para uma redução significativa da pobreza e que a eficiência económica não pode pôr em causa a equidade,

Considerando que a redistribuição do rendimento, nomeadamente através das políticas sociais, deve ser encarada como um poderoso instrumento de combate à pobreza e consequentemente gerador de efeitos positivos para o crescimento económico associado a uma benéfica coesão social,

Considerando que o progresso económico e social são essenciais para a redução da pobreza e o combate à exclusão social, podendo assumir a Protecção Social um papel unificador e pacificador de instabilidades económicas e sociais, permitindo a estabilidade das políticas e contribuindo para um desenvolvimento sustentável, do ponto de vista económico, social e humano,

Considerando que a Agenda do Trabalho Digno se tornou no principal objectivo da OIT e dos seus constituintes tripartidos, correspondendo a uma grande aspiração universal: a de promover oportunidades para que mulheres e homens possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, com protecção e em condições de liberdade e dignidade,

Considerando que se torna necessário criar alianças, ao nível global e nacional, em torno de um conjunto de prioridades, nomeadamente uma maior coerência de políticas que favoreçam um crescimento económico amigo do emprego e da redução da pobreza, a extensão da protecção social, a promoção das Normas da OIT e, em particular, as Convenções Fundamentais do Trabalho e a promoção de um real diálogo social,

Reiterando o interesse em aprofundar a integração entre políticas de protecção social, emprego e desenvolvimento,

Reiterando a urgência de continuar a promover a integração dos grupos mais vulneráveis da sociedade num sistema de protecção social que abranja todos, sem exclusão,

Reiterando a necessidade de continuar a reforçar os mecanismos de seguimento e avaliação das recomendações anteriormente adoptadas,

Considerando os graves atentados contra Sua Excelência o Presidente da República e Sua Excelência o Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, ocorridos na manhã da abertura desta Reunião,

Entenderam por bem decidir:

1. Repudiar os ataques à democracia e reafirmar que o respeito às instituições democráticas é inegociável, manifestando a sua solidariedade para com o povo de Timor-Leste neste difícil momento, desejando a rápida recuperação de Sua Excelência, o Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta;
2. Manifestar o desejo de manutenção da estabilidade e normalidade democráticas a Timor-Leste, condição essencial para que os Timorenses enfrentem o seu futuro com firmeza, confiança e certeza, assegurando sempre a eficiência, dignidade e prestígio do seu país;
3. Dar continuidade ao desenvolvimento de Sistemas de Protecção Social nos Estados onde ainda não estejam implementados e manter um intercâmbio regular de troca de experiências e de informações neste domínio, entre os Estados-membros da CPLP, bem como reuniões e seminários a nível bilateral ou multilateral;
4. Dar continuidade à realização de parcerias técnicas, bilaterais ou multilaterais, e ao intercâmbio regular de experiências e de informações entre os organismos que se ocupam do trabalho e assuntos sociais, incluindo a protecção dos grupos mais vulneráveis;
5. Reiterar a necessidade de disponibilizar a capacidade instalada em outros países da CPLP para:
 - a) Combater a exploração das piores formas de trabalho infantil e incentivar os países que ainda não ratificaram as Convenções n.º 138 e 182 da OIT a fazê-lo,

- b) Estudar as formas mais adequadas de combate ao VIH-SIDA;
6. Constituir um grupo de trabalho, coordenado pelo Brasil, envolvendo todos os países membros, no qual cada país-membro financia a sua própria participação, com vista ao estudo e apresentação, na próxima Reunião de Ministros, de uma proposta de Convénio no âmbito da Segurança Social que abranja todos os países-membros;
 7. Criar um quadro favorável para a construção de um desenvolvimento com base na coesão social, através de um Programa de Cooperação Solidária nos domínios da Qualificação Profissional e de Emprego, a ser apresentado por Cabo Verde na próxima Reunião de Ministros;
 8. Reafirmar o seu apoio à Agenda do Trabalho Digno da Organização Internacional do Trabalho. Saúdam vivamente a mensagem enviada pelo Director Geral do BIT e reconhecem o seu empenhamento no estreitar dos laços com a CPLP. Apela a Juan Somavia para que dê continuidade aos seus esforços de promoção, à escala global, regional e nacional, da Agenda do Trabalho Digno;
 9. Promover intercâmbios, com vista a estabelecer protocolos de cooperação na área do micro-crédito produtivo orientado, com base na experiência dos diversos países-membros, assumindo o Brasil a disponibilidade de apresentar a sua experiência na próxima reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP;
 10. Criar os Regulamentos do Secretariado Executivo e das Reuniões de Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, cujas

propostas deverão ser apresentadas, na próxima Reunião de Ministros, por Timor-Leste, após ouvidos todos os países-membros;

11. Garantir o seguimento e a avaliação do cumprimento das recomendações das Reuniões dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais, devendo o Secretariado Executivo assegurar a organização de toda a informação relevante e proceder à divulgação da mesma para todos os países-membros;
12. Desenvolver metodologias para inclusão social e económica dos jovens, aliada à elevação da escolaridade, com base em proposta apresentada pelo Brasil até à próxima reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais;
13. Tomar conhecimento e adoptar como instrumento de trabalho a síntese dos resultados das conferências realizadas no âmbito da preparação da VIII Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais;
14. Tomar conhecimento e aprovar o documento elaborado pelos Técnicos/Peritos, relacionado com a análise sobre a implementação das recomendações das Reuniões dos Ministros dos Assuntos Sociais da CPLP, e recomendar que as constatações nela contidas sejam tomadas em consideração e observadas nas reuniões seguintes;
15. Anexar os documentos referidos nos números 13 e 14 à presente declaração, fazendo dela parte integrante;

16. Passar à fase de implementação do portal electrónico, que permitirá o intercâmbio de informações de forma mais intensa, dinâmica e sistemática;

17. Realizar a IX Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, em Portugal, no decurso do 1.º semestre de 2009.

Feito em Díli, aos 12 de Fevereiro de 2008.

O Representante do Ministro da Administração Pública, Emprego e
Segurança Social de Angola

David Lussoke

(Director do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério)

A Vice-Ministra da Assistência e Reinserção Social de Angola

Clarisse Matilde Munga Kaputu

O Representante do Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil

André Peixoto Figueiredo Lima

(Secretário Executivo do Ministério)

O Representante do Ministro da Previdência Social do Brasil

Helmut Schwarzer

(Secretário de Políticas de Previdência do Ministério)

O Representante da Ministra-Adjunta do Primeiro-Ministro e da
Qualificação e Emprego de Cabo Verde

Olavo Correia

(Assessor do Gabinete da Ministra-Adjunta)

O Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade de Cabo Verde

Sidónio Fontes Lima Monteiro

O Ministro da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho da
Guiné-Bissau

Pedro Morato Milaco

O Ministro da Solidariedade Social, Família e Luta contra a Pobreza da
Guiné-Bissau

Alfredo António da Silva

A Ministra da Mulher e Acção Social de Moçambique

Virgília dos Santos Matabele

O Representante da Ministra do Trabalho de Moçambique

Jerónimo Pires Mahoque

(Director do Gabinete de Estudos e Cooperação do Ministério)

O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal

José António Vieira da Silva

Representante da Ministra do Trabalho, Emprego, Solidariedade, Mulher e
Família de São Tomé e Príncipe

Maria de Jesus da Vera Cruz Mandinga Lopandza

(Directora da Protecção Social do Ministério)

A Ministra da Solidariedade Social de Timor-Leste

Maria Domingas Fernandes Alves

O Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego de Timor-
Leste

Bendito dos Santos Freitas